

## **GÊNESE E DIFERENÇAS DAS ORGANIZAÇÕES QUE DEFENDIAM NO BRASIL A LUTA ARMADA CONTRA A DITADURA MILITAR**

Amílcar Baiardi<sup>1</sup>

Pedro de Almeida Vasconcelos<sup>2</sup>

### RESUMO

Na história do período compreendido entre os anos de 1968 e 1974, no qual houve uma intensificação da resistência armada à ditadura militar no Brasil, as narrativas, em geral, não estabelecem com rigor as várias diferenças entre as organizações políticas que participaram dessa modalidade de luta. As distintas atuações dessas organizações são vistas como se decorressem do voluntarismo dos dirigentes e não de programas refletindo tendências, análises e debates, muitos dos quais se deram em congressos, conferências etc. O propósito deste artigo é mostrar que existiam diferenças, sobretudo no que concerne ao caráter, à natureza, à visão que se tinha do processo revolucionário e do papel da luta armada nele. Essas diferenças levaram a uma dinâmica em termos de alianças, fusões, rupturas e desintegrações. A metodologia utilizada consistiu em revisitar determinadas obras clássicas sobre a história econômica do Brasil e em extrair da literatura política contemporânea sobre as organizações que participaram da resistência armada à ditadura no Brasil, narrativas que pudessem permitir uma reconstrução histórica da sua dinâmica constitutiva. A análise foi enriquecida com depoimentos recentes de ex-militantes durante o funcionamento da Comissão da Verdade. O texto é finalizado com uma reflexão sobre se a luta armada contribuiu ou não para o fim ditadura no Brasil.

### ABSTRACT

The history on the period between 1968 and 1974 years, in which there was an intensification of armed resistance facing the military dictatorship in Brazil, the narratives, in general, do not establish accurate differences into the group of political organizations that participated in this type of fight. The various actions of these organizations are seen as a sort of voluntarism from their leaders and not reflecting programs trends, analysis and debate, many of which took place in congresses, conferences etc. The purpose of this article is to show that there were differences, especially with regard to the character, the nature, the vision on the revolutionary process and the role of armed struggle in it. These differences led to a dynamic in terms of alliances, mergers, breaks and disintegrations. The methodology used consist in revisit some classic works on Brazil economic history and extract from contemporary politic literacy on organizations that participated in the armed resistance against the dictatorship in Brazil, narratives which could permit a historic rebuilding about its constitutive dynamic. The analysis was enriching with recent testimonials from former

---

<sup>1</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, M/D, da Universidade Católica do Salvador e professor titular aposentado da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

<sup>2</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, M/D, da Universidade Católica do Salvador e professor titular aposentado da Universidade Federal da Bahia

militants while operating of the “Comissão da Verdade”. The text concludes with a reflection on the armed struggle contributed or not to the end of dictatorship in Brazil.

## 1- INTRODUÇÃO

Algumas abordagens históricas sobre amplo espectro ideológico das organizações políticas que defendiam a luta armada contra a ditadura militar não informam satisfatoriamente sobre a gênese e nem sobre as diferenças programáticas que existiam entre elas. Tratam-nas como organizações insurgentes que defendiam a luta armada como única via efetiva de combater a ditadura, restaurar a democracia e promover mudanças políticas e sociais. Esta visão de uma práxis centralizada no confronto armado, era diferente da atuação do Partido Comunista Brasileiro, único agrupamento político-partidário clandestino que se opunha à ditadura militar e que defendia na conjuntura de então a radicalização de ações de massa sem recurso à violência. Diferia também de agrupamentos de inspiração trotskista, oriundos do Partido Socialista Revolucionário, que admitiam o recurso à violência como coroamento de um processo que contemplasse o surgimento de um partido de vanguarda do proletariado e o amadurecimento da consciência de classe dos trabalhadores, incorporando a necessidade de uma revolução nos moldes da bolchevique.

O momento político que antecedeu o Golpe de Estado de 1964 foi muito rico em análises e debates sobre a economia e a sociedade brasileiras da época, os quais, grosso modo, tinham duas vertentes: uma que via a sociedade brasileira como tendo um passado feudal, não completamente sepultado com a Revolução de 1930, e outra que defendia que desde sua gênese a economia e a sociedade brasileira tinha um caráter capitalista, mesmo porque a escravidão no caso brasileiro tinha uma determinação econômica, visava reduzir o custo de produção do complexo açucareiro. A diferença entre uma visão e a outra não era aparente ou pouco fundamentada. Ter havido ou não transformações burguesas no Brasil era essencial nos argumentos, para avaliar a correlação de forças e as alianças táticas e estratégicas. Neste debate a fase colonial da história nacional era conceituada por alguns historiadores como pré-capitalista, estando associada à grande propriedade da terra, outorgada pelo poder colonial a senhores da nobreza, e, por outros, como plenamente capitalista, por estar vinculada ao capital mercantil e aos circuitos internacionais de acumulação.

A partir destas visões divergentes que eram explicitadas no debate interno e com base no que seria tático e estratégico nos programas das organizações políticas que

defendiam a luta armada, foram ocorrendo alinhamentos, divisões e fusões em todos os agrupamentos, os quais deram origem a uma segunda e terceira geração de organizações. Malgrado a diversidade, todas as organizações que defendiam a luta armada contra a ditadura militar tinham raízes nas organizações político partidárias que nasceram influenciadas pelo quadro internacional e que, por sua vez, refletiam, principalmente, as disputas entre bolcheviques e mencheviques e seus desdobramentos nos programas da segunda, terceira e quarta internacional.<sup>3</sup> Havia ainda dentro do amplo espectro de organizações que defendiam a luta armada, vertentes cuja gênese não era marxista. As principais decorriam da radicalização do clero católico em favor de mudanças sociais e de um processo político semelhante, mas em menor escala, em poucas igrejas protestantes. As vertentes não marxistas nasceram de movimentos como pastorais da terra e dos trabalhadores urbanos e de atuações em comunidades carentes como as favelas.

As matrizes desse conjunto de organizações radicais foram o Partido Socialista Brasileiro, PSB, que sofreu influência da social democracia europeia e dos movimentos anarquistas, o Partido Comunista Brasileiro, PCB, que expressava a visão bolchevique resultante da Terceira Internacional ou Komintern, o Partido Comunista do Brasil, que resultara de uma dissidência do PCB que, em 1956, se recusou a criticar o stalinismo e o Partido Socialista Revolucionário, PRS, com inspiração na Quarta Internacional, organizada por Trotsky após sua expulsão do Partido Comunista da União Soviética por discordar da política de socialismo em um só país, a qual defendia o fortalecimento da União Soviética e as alianças com partidos social democráticos para enfrentar o fascismo. A Quarta Internacional deu origem ao movimento trotskista em todo o mundo.

## 2- CARÁTER DA FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL DO BRASIL

Definir a economia colonial brasileira agroexportadora como pré-capitalista ou plenamente capitalista é uma questão complexa que supõe uma incursão conceitual sobre a estrutura social então vigente e envolve o entendimento do que seja casta, estamento ou classe social. Partindo-se dessas estruturas, verificando-se como se davam as relações de produção no âmbito do complexo açucareiro e debruçando-se sobre a

---

<sup>3</sup>

Para mais informações ver Pons (2014)

índole da escravidão, é que se pode avançar na gênese do empresariado brasileiro. Segundo Hirano (1988), quando se interpreta a escravidão como vontade política baseada no “tratado de guerra justa”, o agente econômico colonial integraria uma casta ou um estamento e então não seria portador de valores minimamente capitalistas como a aceitação do risco e a independência dos favores do Estado. Ao contrário, quando se imagina que a principal determinação da escravidão foi econômica, que ela foi implantada no interesse da expansão mercantil e que o escravo era um ativo comparado a um bem de capital, como sugere Celso Furtado (1974), se poderia falar de classes, com todos os problemas de utilizar uma categoria que surge na Inglaterra no século XIX, para pensar realidades dos séculos XVI, XVII e XVIII. Neste caso, o agente econômico colonial faria parte de uma classe social, a classe responsável pela implantação e exploração do complexo açucareiro, minerador, cotonicultor e cafeeicultor, constituindo-se um agente associado à burguesia mercantil, tendo, por isso, valores dos empresários do período da expansão do mercantilismo (CALDEIRA, 1995, 1999).

Esta diferença, tem implicações no que tange à mentalidade, à visões de mundo. Uma delas defendia que o agente econômico que transitou do período colonial até a república, integraria uma casta ou um estamento com origem no latifúndio. Era este agente destituído de condutas minimamente capitalistas, as quais não foram criadas nem mesmo após a industrialização brasileira, considerada por alguns pensadores como incompleta e nada assemelhada a uma revolução nacional democrática e anti-imperialista. Por este motivo, passou a integrar a elite econômica e política e ser contra as reformas, entre elas a agrária. A outra visão propunha que o agente econômico colonial pertenceria à classe social do empresário do complexo açucareiro brasileiro, como segmento do grande negócio açucareiro na Europa e por isto saberia pensar economicamente o processo produtivo e exercitar relações de classe no circuito da produção. Significaria ter uma mentalidade burguesa e encarnar o ideal de acumulação por meio da paixão pelo lucro, sendo este um instrumento de poder pessoal.

Pertencer a um estamento ou casta significaria desconhecer ou recusar o risco no processo produtivo e ver a propriedade dos meios de produção como um direito natural, estando o poder pessoal assentado em uma existência milenar, emanado da Igreja católica. Pertencer a uma classe social seria aceitar plenamente relações de trabalho

capitalistas, promover inovações e apoiar os fundamentos de uma revolução burguesa, nacional e anti-imperialista (BAIARDI et al, 2007).

As teses defendendo os dois entendimentos, o caráter feudal ou o caráter capitalista da formação social brasileira, sobretudo no mundo rural, se sustentavam nos trabalhos de Alberto Passos Guimarães (1977 e 1978) e de Nelson Werneck Sodré (1963 e 1967), de um lado, e nas obras de Caio Prado Júnior (1966) e Celso Furtado (1972), de outro. Embora tenham atualmente um interesse meramente histórico, nos anos sessenta, entretanto, estas teses<sup>4</sup> forneceram argumentos para um célebre debate que orientaria as visões de mundo e as construções programáticas de agrupamentos políticos que objetivavam, simultaneamente, derrotar o Estado ditatorial e construir uma nova sociedade livre de injustiças. Este debate, só seria, de certo modo, superado a partir da publicação do trabalho de Moysés Vinhas (1980), mais de uma década depois. Este autor, com base em elementos empíricos, relativizou o peso dos ‘restos feudais’ na agricultura brasileira, mostrando que o modo de produção capitalista se tornara uma realidade incontestável (BAIARDI, 1998).

A primeira tese, a do caráter feudal, atribuía um papel crucial e estratégico à pequena produção familiar na agricultura, denominada de camponesa, que lutaria por uma reforma agrária que destruísse o poder do latifúndio e promovesse o surgimento de uma classe média rural integrada aos mercados e que permitisse a expansão da burguesia nacional, em princípio prejudicada como classe pelo latifúndio e pelo imperialismo norte-americano, responsável por uma concorrência desigual e exploração dos recursos do país. Sua base teórica de análise econômico-social eram os trabalhos de Guimarães (1977 e 1978) e Sodré (1963 e 1967) que davam sustentação à busca de um objetivo intermediário que seria a revolução democrática nacional, não socialista. O socialismo seria o objetivo último, a ser perseguido posteriormente quando cessasse a capacidade de transformação da revolução burguesa.

A segunda tese defendia existir na formação social brasileira uma predominância de relações de produção capitalistas, tanto no meio urbano quanto rural, sugerindo que o sentido da transformação social se daria pela ação dos trabalhadores da cidade e do campo, sem alianças com burguesia nacional que se tornara dependente do imperialismo. A base teórica de análise econômico-social desta tese eram as obras de

---

<sup>4</sup> Inspiradas, respectivamente, nos trabalhos clássicos de Kautsky (1974), querendo definir uma estratégia para atuação da Social Democracia Alemã no meio rural, e Lenin (1973), pretendendo construir um programa para os bolcheviques russos.

Prado Jr (1966) e Furtado (1972). Esta visão recebeu colaborações posteriores mediante as contribuições de Vinhas (1980) e Gorender (1986 [a] e 1986 [b]), que inicialmente, integravam o primeiro grupo, mas que depois refizeram suas análises, apontando a inequívoca presença mercantil na organização agrária brasileira, sepultando as teses feudais. Os pensadores da segunda tese eram, na sua grande maioria, marxistas, ortodoxos e heterodoxos, que defendiam transformações radicais na sociedade brasileira mediante a ação política que fosse além da Reforma Agrária, das reformas trabalhistas e que levasse em algum momento ao socialismo visto que já houvera revolução burguesa em 1930 e que a burguesia industrial ou agroindustrial já era associada ao capitalismo internacional, não tendo, portanto, nenhum interesse em aprofundar as mudanças sociais. Estudos posteriores ao de Vinhas (1980), como o de Souza Martins (1980), relativizaram o peso dos "restos feudais" na realidade brasileira, mostrando que a generalização do modo de produção capitalista já era uma realidade incontestável.

Os programas das organizações político-partidária que se opuseram radicalmente à ditadura militar não resultaram de decisões isoladas das lideranças, mas sim de análises e de discussões prolongadas em conferências nas quais foram construídos programas de ação que continham claramente definições dos grupos sociais que seriam aliados em uma revolução burguesa democrática nacional ou em uma revolução socialista.

Além das divergências programáticas quanto ao caráter da revolução, foram razões para formação de um amplo arco de organizações, as questões táticas e estratégicas, entre elas o peso do campo vis à vis o da cidade, a modalidade de acumular forças e a formação do exército revolucionário. Nesta última questão as posições se dividiam e havia quem entendesse que essa formação se daria mediante o foco e as frentes de guerrilhas ou que se daria por meio de ações difusas de propaganda armada, que fossem avançando em direção às ações guerrilheiras não regulares e distribuídas nos territórios, a exemplo de como funcionou a resistência à ocupação nazista na Europa (AARÃO REIS, 1985; GORENDER, 1987; ARAUJO, 2014)<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Cabe lembrar que como pano de fundo destas discussões estavam a derrota da Alemanha na Segunda Guerra Mundial e a conseqüente expansão do "socialismo real" no Leste Europeu, a revolução chinesa em 1949, a revolução cubana em 1959, a libertação da Argélia em 1962 e a Guerra do Vietnã, ainda em curso. As mudanças internacionais influenciavam as visões programáticas das organizações políticas que defendiam a luta armada no Brasil, em um quadro de Guerra Fria que estimulava golpes de Estado na América Latina, como medida preventiva ao suposto avanço do socialismo à escala mundial.

### 3- NASCIMENTO E EVOLUÇÃO DOS AGRUPAMENTOS POLÍTICO-PARTIDÁRIOS QUE SE OPUNHAM À DITADURA MILITAR

A resistência armada contra o Golpe de Estado foi cogitada por parte de militantes de agrupamentos partidários que defendiam a visão de uma revolução democrática burguesa e por parte de militantes de agrupamentos partidários que defendiam uma revolução socialista. Como essa resistência não se materializou imediatamente, passados alguns meses deu-se início às articulações tanto no Brasil como no exílio, no Uruguai, visando conceber a derrubada da ditadura militar mediante ações armadas. Essas articulações tiveram inicialmente um caráter voluntarista principalmente por parte de militantes que se organizaram com inspiração no Partido Socialista Brasileiro, PSB, que sofrera influência da social democracia europeia e dos movimentos anarquistas. O Partido Comunista Brasileiro, PCB, defendia um recuo que permitisse a preservação da estrutura partidária visando uma ulterior acumulação de forças e o início de ações de massa. Quanto ao Partido Comunista do Brasil, houve uma orientação inicial de resistência, mas diante dos fracassos houve um recuo semelhante ao do PCB sem que se descartasse futuramente dar início à guerrilha rural, visando criar um exército popular com base na radicalização das lutas sociais no campo, o que era diferente da visão de Che Guevara e Régis Debray (1968), que defendiam que esse exército fosse criado a partir de um foco guerrilheiro.

Neste quadro, por não se surpreender com o Golpe de Estado até porque o previra, a Política Operária, POLOP, foi a primeira organização a dar início a uma profunda reflexão sobre a correlação de forças e a possibilidade de dar início a ações armadas. O avanço das ações de massa, sobretudo a partir de 1967, levaram a algumas organizações a recuar na decisão de deflagrar uma ação armada. Parecia ser essa a decisão mais acertada até a passeata dos 100.000 que ocorreu em 1968 no Rio de Janeiro. Entretanto, com Ato Institucional número 5 em fins de 1968, houve um certo consenso entre essas organizações quanto à impossibilidade de redemocratização sem a destruição do aparato repressivo da ditadura militar. Este é o momento no qual tem início um intenso processo de dissidências e fusões no âmbito das organizações que defendiam a luta armada no Brasil como meio mais eficaz de combater a ditadura militar. Este processo pode ser acompanhado quando se classificam as organizações



políticas em grupos que se sucedem no tempo na segunda metade dos anos sessenta do século passado, cada um deles com uma dinâmica própria.

O primeiro grupo ou primeira geração se constitui de organizações seminais e com alguma influência no início da segunda metade do século XX: o Partido Socialista Brasileiro, PSB, o qual se associou ao Movimento Nacionalista Revolucionário, MNR, de inspiração Brizolista, nas primeiras tentativas de resistência armada; o Partido Comunista Brasileiro, PCB; o Movimento Trotskista Brasileiro que fundou o Partido Socialista Revolucionário, PSR, e a Liga Comunista e o Movimento Católico: Juventude Estudantil Católica, JEC, e Juventude Universitária Católica, JUC, que desaguarão posteriormente na Ação Popular, AP. Para essas organizações de caráter seminal se deve agregar o Partido Comunista do Brasil, PC do B, criado em 1962 por dissidentes do PCB e a Organização Revolucionária Marxista Política Operária, POLOP, criada em 1961 por dissidentes do PSR. No início da segunda metade da década de sessenta do século passado essas organizações compunham o quadro da esquerda, todas elas na clandestinidade.

O Partido Socialista Brasileiro se encontrava dividido e alguns de seus membros, sem aprofundamento do caráter das transformações sociais pretendidas além da derrubada da ditadura militar, associaram-se ao MNR, de inspiração Brizolista, constituído por ex-militares que já não estavam dispostos a seguir sob a liderança de Leonel Brizola ou que já descreiam na determinação desse ex-deputado em conduzir ações armadas.

O PCB mantinha, então, a visão da revolução democrático-burguesa a ser conquistada pela massa pacificamente, pelo menos até um determinado momento. Sua definição programática baseava-se em seus últimos congressos, o V de 1960 e o VI de 1967, que propunham uma frente nacional em defesa das reformas de base e pela restauração da democracia (ARAÚJO, 2014). A estratégia defendida pelo PCB consistia em uma longa atuação visando organizar o proletariado e o povo em geral, manifestando a crença de que a derrota do golpe militar de 1964 não se daria com brevidade. Esta posição levaria a que determinados membros do Comitê Central se afastassem do partido para criar organizações e partidos revolucionários<sup>6</sup>. O PCB

---

<sup>6</sup> Os membros mais conhecidos foram Carlos Marighela, Apolônio de Carvalho, Mario Alves e Jacob Gorender e os agrupamentos partidários foram a Ação Libertadora Nacional, ALN, e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, o PCB/R.



renunciaria tática e estrategicamente a promover ações armadas, explicitando que este caminho seria aventureiro, “blanquista”<sup>7</sup> acarretando o fortalecimento se setores ultradireitistas nas forças armadas e retardando o retorno à democracia (GUEDES, 2014).

O Movimento Trotskista Brasileiro, que fundou no Brasil o Partido Socialista Revolucionário, PSR, e a Liga Internacionalista, inspirava-se nas resoluções da Quarta Internacional, realizada em 1938 e criou o PSR, já em 1939. A militância trotskista no Brasil se dava principalmente nos meios intelectuais, com alguma inserção na classe operária. O trotskismo brasileiro resultou de sucessivas rupturas com o Partido Comunista Brasileiro, PCB, considerado stalinista ou vinculado ao comunismo oficial na época. Embora organicamente esta vertente seminal não tenha gerado a POLOP, isto se deu no plano das concepções

O movimento católico de esquerda se organizou por meio da Juventude Estudantil Católica, JEC, e da Juventude Universitária Católica, JUC, que praticamente desapareceram quando do surgimento da Ação Popular, AP. O documento programa de criação da AP apresenta peculiaridades em relação ao caráter da revolução brasileira, que seria em essência contra a dupla dominação: a do capitalismo internacional e a dos setores feudais do campo. As transformações se dariam contra o capitalismo internacional, imperialismo, contra as tendências de criação de um neocapitalismo com base na associação da burguesia nacional com a internacional e também contra os setores feudais do campo brasileiro. Embora sem se referir a uma revolução socialista, a AP critica o movimento nacionalista e descarta alianças com a burguesia nacional. Critica também o modelo de socialismo implantado no Leste Europeu, sobretudo o fortalecimento do Estado e o surgimento do que posteriormente se denominou “nomenklatura”<sup>8</sup>, e enaltece as revoluções chinesa e cubana. De outro lado, reconhece a existência de restos feudais na agricultura brasileira e define como prioridade a

---

<sup>7</sup> Deriva do nome de [Louis Auguste Blanqui](#), e refere-se a uma concepção que entende a revolução socialista como resultado da ação de um grupo de vanguarda, relativamente pequeno e altamente organizado.

<sup>8</sup> Nomenklatura, palavra russa derivada do [latim](#) se prestava a designar a burocracia ou elite dirigente da antiga [União Soviética](#), incluía altos funcionários do Estado e do Partido Comunista.

organização dos trabalhadores e pequenos produtores do campo. Esta ambiguidade da AP levou a que em pouco tempo se criassem tendências dentro delas: uma maoísta que se vinculou ao PC do B e outra leninista que se vinculou às organizações que defendiam o caráter socialista da revolução brasileira.

O Partido Comunista do Brasil, PC do B, foi criado em 1962 por dissidentes do PCB, acusado de haver se tornado um partido reformista e não mais revolucionário. Por trás dessa acusação existia a não aceitação da proposta de mudança de nome, de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, de PC do B para PCB, resultado do V Congresso. Também gerava descontentamento em alguns quadros a aprovação do relatório de Nikita Krushev, condenando o período stalinista. O Manifesto-Programa de 1962 propunha um caráter democrático-burguês para a revolução brasileira e se distinguiu do programa do PCB por ser radical, defender revolução e não reformas, por criticar a União Soviética denominada de regime social imperialista e também por defender a criação de um exército popular, com base nos movimentos sociais ocorridos no campo. Se diferenciava também por ter a revolução chinesa como paradigma, bem como por defender a política externa da China. O PC do B passou por crises internas que levaram a duas cisões principais. Uma delas foi a Ala Vermelha do PC do B, que passou a defender o caráter socialista e centralidade da luta na cidade e a outra foi o Partido Comunista Revolucionário, PCR, que mantinha a visão maoísta, peso maior no campo e aliança com a pequena burguesia e a burguesia autenticamente nacional. No caso do PCR, a rigor, não havia divergências doutrinárias com o PC do B, salvo o detalhe de priorizar ações no Nordeste e não esperar que a aliança com a burguesia nacional aconteça para solidificar a aliança operário-camponês. O PC do B deu início às ações armadas na região de Araguaia, em 1972, quando as demais organizações revolucionárias que defendiam e praticavam a luta armada estavam sendo derrotadas.

A organização Revolucionária Marxista Política Operária, POLOP, foi criada em 1961 por dissidentes do Partido Socialista e da Juventude Trabalhista ligada ao partido Trabalhista Brasileiro e por intelectuais que se reuniam em torno do pensamento de Leon Trotsky e Rosa Luxemburgo. A POLOP, seguindo a tradição trotskista, defendia uma revolução socialista a ser realizada pelo partido da classe operária e aliados. Inequivocamente era a organização com maior enraizamento nos meios intelectuais e por isto criticava todos dogmas políticos e as análises simplificadas e mecanicistas da

realidade brasileira. Na visão da POLOP eram tão evidentes os indicadores de que a burguesia brasileira era aliada do imperialismo que uma revolução democrático-burguesa estava fora de questão. O caráter socialista da revolução brasileira defendido pela POLOP marcaria as definições programáticas das organizações que dela derivaram.

Um segundo grupo ou uma segunda geração de organizações revolucionárias que conduziram a luta armada, não necessariamente com nascimento sincrônico, é composta pelo Movimento Nacionalista Revolucionário, MNR, pelo Movimento de Ação Revolucionária, MAR, pela Ala Vermelha do PC do B, pela Ação Libertadora Nacional, ALN, pela Dissidência Estudantil do Rio de Janeiro, DI-RJ, pelo Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, PCBR, pelo Comando de Libertação Nacional, COLINA e pela Vanguarda Popular Revolucionária, V.P. R.

Os movimentos formados por ex-militares e pouco civis, Movimento Nacionalista Revolucionário, MNR e Movimento de Ação Revolucionária, MAR, a rigor não tinham uma elaborada visão da teoria e da prática da guerra revolucionária e defendiam essencialmente a volta à democracia e um programa de governo nacionalista e popular. Tiveram vida efêmera, indo participar da criação do Colina e do Movimento Revolucionário Tiradentes, MRT. O Colina merecerá uma descrição mais detalhada à frente. O MRT distinguia-se da Ala Vermelha do PC do B por defender com mais empenho a ação armada e a criação do foco guerrilheiro. A Ala Vermelha do PC do B, que rompeu com o PC do B por ter uma visão mais leninista, iria aderir à VAR-Palmares, mas antes sofreu uma cisão que deu origem ao Movimento Revolucionário Tiradentes, MRT, já referido anteriormente e que teve vida efêmera, extinguindo-se em 1970.

A Ação Libertadora Nacional foi, durante um período, a organização revolucionária com maior notoriedade. Executou ações espetaculares com o sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick e tinha como principal dirigente o ex-membro do Comitê Central do PCB, Carlos Marighela. A ALN foi constituída a partir de uma dissidência do PCB liderada por Marighela e também incorporou militantes da Dissidência Estudantil do PCB, DI RJ. A ALN tinha uma concepção da revolução brasileira como sendo essencialmente democrático-burguesa, a ser realizada por ampla frente de esquerda que incluísse os setores populares, a burguesia nacional, a Igreja Católica e outras forças oposicionistas. Esta revolução se daria pelas armas com a

tomada do poder precedida da derrota da ditadura. Colocava como tarefa imediata a guerrilha urbana que permitisse o acúmulo de forças e daí se deveria evoluir para a guerrilha rural, formadora do exército revolucionário. Marighela chegou a escrever o Manual da Guerrilha Urbana. O estágio da guerrilha rural na forma de uma frente guerrilheira seria precedido no campo por guerrilhas irregulares. A ALN não logrou implantar a guerrilha rural em decorrência de sua desestruturação a partir de 1970. A REDE, movimento que resultou de um núcleo de ex-militantes do MNR, constituiu-se em uma linha auxiliar da ALN, sem que tenha se integrado organicamente a ela.

A Dissidência Estudantil do Rio de Janeiro, DI-RJ, era formada por estudantes e operários navais que integravam o Partido Comunista Brasileiro, PCB. Estendeu-se também para outros estados como Paraná e Bahia. Defendia em seus documentos o caráter socialista da revolução brasileira e entendia como estratégico no processo revolucionário a criação de focos guerrilheiros, na concepção de Regis Debray (1968). A DI-RJ estabeleceu contatos com outras organizações, participou de uma ação conjunta com a ALN que levou ao sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, mas terminou não se agregando a outros agrupamentos políticos, decidindo por se constituir em uma organização mais ampla, de envergadura nacional, fazendo nascer o Movimento Revolucionário oito de outubro, MR 8 (PATTERSON, 2011).

O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, PCBR, a exemplo da ALN, tem sua origem no afastamento de destacados membros do comitê central do PCB. Saíram da direção do PCB para organizar o PCBR, Apolônio de Carvalho, Mario Alves e Jacob Gorender. O PCBR defendia o caráter socialista da revolução brasileira, propondo um longo processo de acumulação de forças em paralelo com o início da luta armada a ser estabelecida no campo por meio da frente guerrilheira. A opção pelo início da ação armada no campo não implicava em subestimar ações na cidade, inclusive aquelas que se dessem sem recurso à violência revolucionária. O PCBR tinha uma presença nacional, mas regionalmente era mais fortalecido no Nordeste. As ações armadas tiveram início com desapropriações, assaltos a bancos, mas não foram além disto. Pouco tempo depois de criado já sofrera golpes duríssimos e começou a se desarticular nacionalmente, restando alguns núcleos no Nordeste, que terminaram também por ser desarticulados e encarcerados. Em que pese o início sinalizasse para o nascimento de uma robusta organização revolucionária, o PCBR teve vida efêmera, em parte pelas infiltrações de outras organizações, comprometendo a segurança.

O Comando de Libertação Nacional, COLINA, é a organização mais influenciada pela visão da POLOP e, a exemplo desta, tinha enraizamento nos meios intelectuais, cultivava maior democracia interna e defendia com argumentos sólidos o caráter socialista da revolução brasileira, tendo também entendimento eclético das outras formas de luta. O COLINA, embora defendesse a centralidade da frente guerrilheira, eventualmente no modelo de foco, não descartava ações urbanas, tanto tipicamente de penetração nas massas, como de guerrilha nas cidades. O COLINA não tinha uma estrutura burocrática e se via como uma organização destinada a se associar com outras, embora admitisse que ela mesmo seria vanguarda, o que pretendeu com a fracassada operação de vingança de Che Guevara (BAIARDI, 2011). O Colina recebeu aporte de quadros provenientes do MNR, a maioria deles constituída de militares cassados. Com menos de três anos de criação, o Colina fundiu-se com a Vanguarda Popular Revolucionária, VPR, dando origem Vanguarda Armada Palmares, a VAR Palmares.

A VPR tem uma gênese muito assemelhada ao COLINA, sendo seus quadros provenientes da POLOP, com inserção no movimento operário da Grande São Paulo, e oriundos de grupos de militares cassados e da ativa ligados ao MNR. Estes vínculos levaram à adesões de inúmeros quadros com formação militar, sendo dentre eles mais famoso o capitão Carlos Lamarca. A exemplo também do COLINA, a VPR tinha inicialmente planos de associação com outras organizações com as quais convergissem quanto ao caráter socialista da revolução brasileira.

Uma terceira geração de organizações revolucionárias que defenderam e praticaram a luta armada no Brasil e com nascimento no ano de 1969 é composta pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro e pela Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, a VAR Palmares. A rigor não existiam grandes diferenças doutrinárias entre o MR 8 e a VAR. Ambas organizações defendiam o caráter socialista da revolução brasileira, defendiam a luta armada na cidade e no campo, sendo este último o palco da formação do exército revolucionário, por meio de frentes guerrilheiras. Não obstante as semelhanças, seguiram caminhos diferentes, passando a atuar conjuntamente a partir de 1971, diante da crise e da luta pela sobrevivência que se tornou a principal preocupação das organizações revolucionárias.

VAR Palmares parecia ser a organização com maior aprofundamento teórico e com maior ecletismo nas formas de luta e na definição do que seria tático e estratégico. Não havia centralidade nem do urbano e nem do rural. As condições objetivas indicariam por onde atuar com mais intensidade e não havia prioridade e nem maior peso de uma área sobre a outra. Se definia mais como uma organização leninista e não guevarista. Não obstante o equilíbrio no que concerne às formas de luta e aparentemente a solidez de seu nascimento, com menos de um ano a VAR sofreu a primeira grande perda. A saída de um grupo com visão estreita, defendendo o imediatismo do foco guerrilheiro. Este grupo iria refundar a VPR, a segunda versão da VPR, não necessariamente com a composição anterior. No grupo se encontrava o capitão Carlos Lamarca.

O início da década de setenta do século passado marca o começo da derrocada do movimento armado contra a ditadura. A Partir de dezembro de 1970, quando se deu o sequestro do embaixador suíço, nada mais de relevante acontece em termos de ações de impacto, e para sobreviver houve um conjunto de ações visando a geração de fundos, as quais, com o tempo, foram se tornando cada vez mais difíceis. A ALN completamente desfalcada praticamente deixou de existir com a criação do Movimento de Libertação Popular, o MOLIPO, que desapareceria em 1973, e com a cisão que gerou a Tendência Leninista, caracterizada pela crítica ao militarismo, que se dissolve um pouco mais tarde, em 1974.

Vivendo seus últimos momentos, o que restou da segunda versão do VPR juntou-se ao MR 8, que iniciava a crítica à luta armada e procurava salvar seus quadros dirigentes enviando-os para o exterior. Isto não foi possível no caso de Lamarca que pereceu em setembro de 1971. Com exceção da Guerrilha do Araguaia, que tem início em 1972, pode-se dizer que as demais organizações revolucionárias perderam qualquer condição de atuar diante do cerco e das traições como a de cabo Anselmo, em janeiro de 1973, que sepultou qualquer esperança de uma saída armada para derrotar a ditadura militar. A figura 1 é uma espécie de organo-fluxograma que fornece uma ideia aproximada deste dinâmico processo organizativo, determinado por diferentes visões quanto à tática e a estratégia das ações armadas, visando derrotar a ditadura militar.

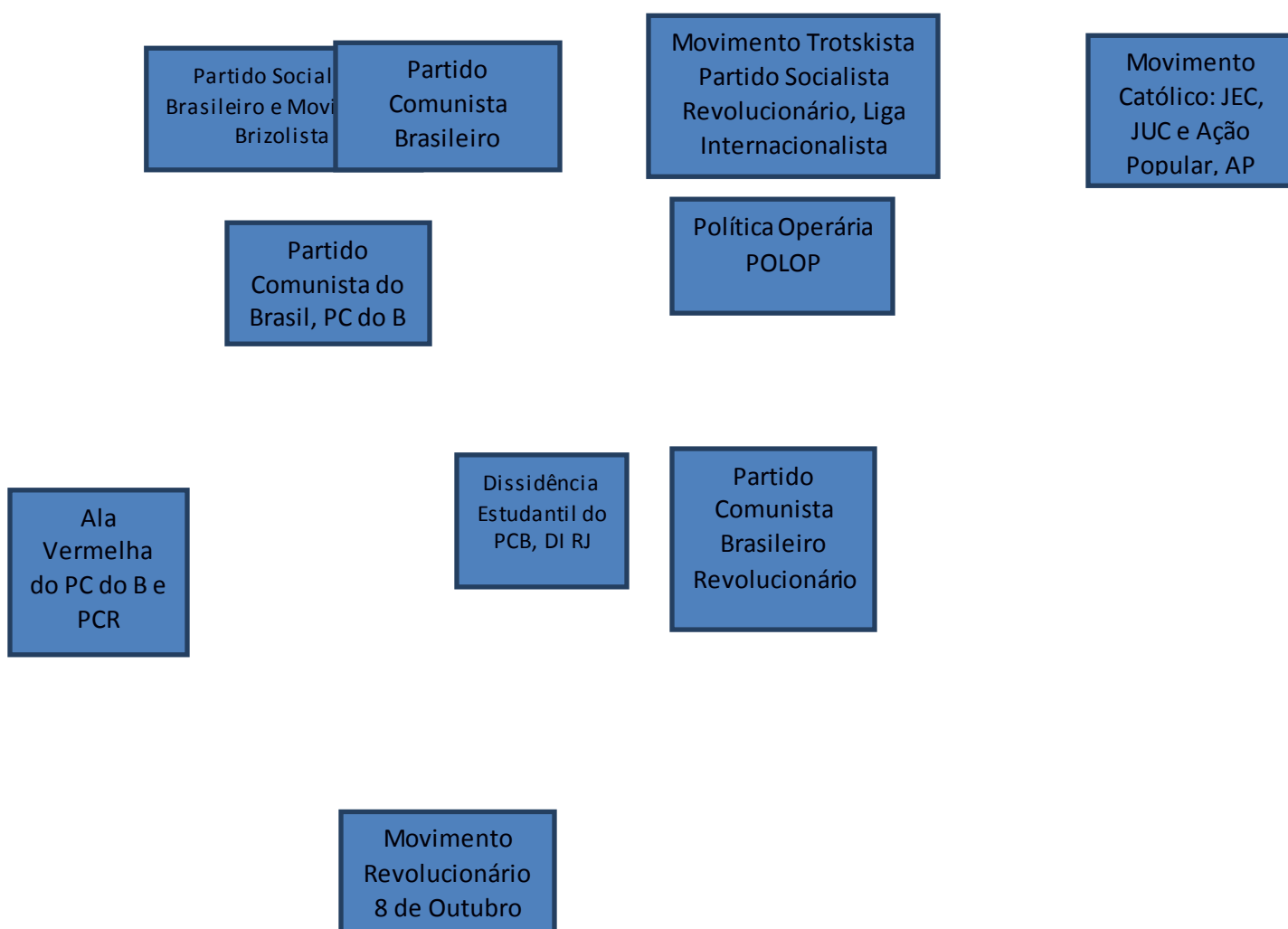




FIGURA 1: ORGANO-FLUXOGRAMA DAS ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA NO BRASIL

FONTES: Gorender, 1987; Aarão Reis, 1985; Patterson; 2011; Araújo, 2014

#### 4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos seus quatro livros (*A Ditadura Envergonhada*, *A Ditadura Escancarada*, *A Ditadura Derrotada* e *A Ditadura Encurralada*) o jornalista Elio Gaspari<sup>9</sup> tenta explicar porque os generais Ernesto Geisel – chefe do Gabinete Militar de Castello Branco entre 1964 e 1967 e presidente de 1974 a 1979, e Golbery do Couto e Silva, criador do Serviço Nacional de Informações (SNI) em 1964 e mais tarde chefe do Gabinete Civil de Geisel – tendo ajudado a erguer o regime, decidiram desmontá-lo, ainda que de forma “lenta, gradativa e segura” (GASPARI, 2004).

A escolha de dois personagens chaves para relatar a ascensão e a queda da ditadura não foi por acaso, visto que um deles se caracterizava pela capacidade de conceber cenários e o outro detinha uma capacidade de comando a toda prova. Tanto um como o outro conheciam os detalhes do que ocorria nos chamados “porões da ditadura” e podiam avaliar o quanto teriam que conviver e controlar a parcela ultradireitista das forças armadas que constantemente pretendia fechar ainda mais politicamente o regime, a depender dos êxitos e dos fracassos da luta armada conduzida pela esquerda revolucionária. Provavelmente a luta armada retardou o retorno à democracia por dar maior raio de ação e argumentos às facções ultradireitistas dentro das forças armadas. Isto pode ser intuído dos arquivos de Golbery do Couto e Silva.

Em dando-se como provável que a luta armada retardou o retorno à democracia, conclui-se que esta escolha foi um erro. Muito poucos, provavelmente ninguém, dos que

---

<sup>9</sup>

Quadrilogia lançada de 2002 a 2004 pela Companhia das Letras, São Paulo

participaram da aventura da luta armada, discordariam desta visão, a exemplo de Daniel (1982), Betto (1983) e Baiardi (2014, [a], [b] e [c]). Contudo, cabe a pergunta: havia alguma forma de exercitar a oposição verdadeira no Brasil após o Ato Institucional nº 5, o AI 5? A resposta é não. A luta armada se tornou, então, a única forma de fazer oposição política radical à ditadura. Para o bem ou para o mal, ela manteve acesa a chama da determinação de não aceitar a ditadura militar, pelo que ela simbolizava em termos da negação de todos os direitos políticos e de cidadania. Os custos em vidas foram elevados, principalmente do lado mais frágil. Entretanto, uma parcela de brasileiros teve a coragem de demonstrar que não há possibilidade de se viver com dignidade e altivez em uma tirania. O sacrifício deles não foi em vão porque se no lapso mais amplo a resistência armada retardou a democracia, quando se constituíram condições mais objetivas para o fim da ditadura, foi a luta contra a violação dos direitos humanos, a denúncia do que ocorreu em termos de tortura e assassinatos, o que mais pesou na opinião pública e o que mais levou à mobilizações de todos os tipos (BAIARDI, 2014, [a], [b] e [c]).

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AARÃO REIS FILHO, D.; SÁ, J. F. *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

ARAUJO, C. P. (org.) *1964, as armas da política e a ilusão armada*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, FAP, 2014.

BAIARDI, A. Neoprodutivismo, Neoassociativismo e Turismo Campestre: outras faces do novo rural. *Caderno CRH*, Salvador, n. 28, p. 11-25, jan./jun. 1998.

BAIARDI, A., SARAIVA, L. F., ALMICO, R. Gênese e transformação das empresas regionais: o Recôncavo Baiano. *Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras*, Cachoeira (BA), vol. 1 (1), p. 77-92, 2007.

BETTO, F. *Batismo de fogo, os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

PRADO JUNIOR, C. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

CALDEIRA, J. *Mauá, empresário do império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *A Nação mercantilista*. São Paulo: Editora 34, 1999.

- DANIEL, H. *Passagem para o próximo sonho*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.
- DEBRAY, R. *Revolution in the revolution*. London: Penguin Books Ltd. (UK), 1968.
- FURTADO, C. *A formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
- FURTADO, C. *Análise do modelo brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972.
- GASPARI, E. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GORENDER, J. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986. [a]
- \_\_\_\_\_. *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. [b]
- \_\_\_\_\_. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.
- GUEDES, A. A resistência política aos anos de chumbo. In: ARAUJO, C. P. (org) *1964, as armas da política e a ilusão armada*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, FAP, 2014, p. 67-72.
- GUIMARÃES, A. P. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.
- \_\_\_\_\_. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- HIRANO, S. *Pré-capitalismo e capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- KAUTSKY, K. *La cuestión agraria*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores S/A, 1974.
- LENIN, V.I. *El desarrollo del capitalismo en Rusia*. Buenos Aires: Ediciones Estudio, 1973.
- PATTERSON, R. *Quem samba fica, memórias de um ex-guerrilheiro*. Salvador: EGBA, 2011.
- PONS, S. *A revolução global: história do comunismo internacional, 1917-1991*. Brasília: Contraponto & Fundação Astrojildo Pereira, FAP, 2014.
- PRADO JUNIOR, C. *A revolução brasileira*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1966.
- SODRÉ, N. W. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- \_\_\_\_\_. *Introdução à revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1967.

SOUZA MARTINS, J. *expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: HUCITEC, 1980.

VINHAS, M *A terra, o homem, as reformas*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

#### REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

BAIARDI, *A Amílcar Baiardi fala sobre as articulações no interior da luta armada....*: [www.youtube.com/watch?v=M6D3viCnSlk](http://www.youtube.com/watch?v=M6D3viCnSlk) (2011)

\_\_\_\_\_, *Audiência Pública sobre os mortos da ALN*: Comissão Nacional da Verdade, CNV, [www.youtube.com/watch?v=o2vUDitLNCQ](http://www.youtube.com/watch?v=o2vUDitLNCQ) (2014) [a]

\_\_\_\_\_, *Audiência Pública sobre a Vila Militar do Rio de Janeiro*: Comissão Nacional da Verdade, CNV [www.youtube.com/watch?v=dglRs6JCLxE](http://www.youtube.com/watch?v=dglRs6JCLxE) (2014) [b]

\_\_\_\_\_, *Depoimento na Comissão da Verdade UFBA*: [www.youtube.com/channel/UC5D3-bm4akOkf4Tu6h29k\\_g](http://www.youtube.com/channel/UC5D3-bm4akOkf4Tu6h29k_g) (2014) [c]